



**CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS -
UNIPAC
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO
TRABALHO**

**JACQUELINE BIANCA FERREIRA
LUCIMAR DAS MERCÊS FERREIRA SIMPLÍCIO**

RELAÇÕES ENTRE O DESEMPREGO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO

BARBACENA

2020

JACQUELINE BIANCA FERREIRA
LUCIMAR DAS MERCÊS FERREIRA SIMPLÍCIO

RELAÇÕES ENTRE O DESEMPREGO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Organizacional e o Trabalho.

BARBACENA

2020

Ferreira, Jacqueline Bianca

F383r Relações entre o desemprego e o adoecimento psíquico
[Manuscrito] / Jacqueline Bianca Ferreira. – 2020.
26f

Orientador: Márcio de Campos
Monografia (Especialização em Psicologia Organizacional e do
Trabalho) – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.

1. Psicologia do trabalho 2. Desemprego 3. Adoecimento
psíquico I. Simplicio, Lucimar das Mercês Ferreira II. Título III.
Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.

CDD 158.7



Ata de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso Pós-graduação Lato Sensu em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Aos 27 dias do mês de julho, do ano de 2020, às 20h30min, por meio de sessão online realizada pela ferramenta BlackBoard Collaborate, Ambiente Virtual de Aprendizagem, do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Campús Barbacena, reuniu-se a banca examinadora composta pelos professores: Kennya Rodrigues Néziom Júlia Nogueira Dorigo e Márcio de Campos a fim de proceder avaliação da apresentação do trabalho de conclusão de curso das alunas **JACQUELINE BIANCA FERREIRA** e **LUCIMAR DAS MERCÊS FERREIRA SIMPLÍCIO** regularmente matriculadas, respectivamente, sob números 182-002436 e 182-002374. O trabalho, orientado pelo professor Márcio de Campos, teve como título: **RELAÇÕES ENTRE O DESEMPREGO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO**. Ao final da apresentação, a banca deliberou e fez as seguintes considerações: Reescrever o objetivo geral. Rever a norma culta do texto. Redimensionar a importância dada ao subtítulo “Busca pelo combate e amenização dos efeitos do desemprego” tendo atribuído às alunas a nota **85,00**, considerando-as **Aprovadas**.

Barbacena, 27 de julho de 2020

Orientador: Professor Especialista Márcio de Campos

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Barbacena

Professora Doutora Julia Nogueira Dorigo

Professora Mestra Kennya Rodrigues Néziom

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Barbacena

Aluna Jacqueline Bianca Ferreira

Aluna Lucimar das Mercês Ferreira Simplício

JACQUELINE BIANCA FERREIRA
LUCIMAR DAS MERCÊS FERREIRA SIMPLÍCIO

RELAÇÕES ENTRE O DESEMPREGO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO

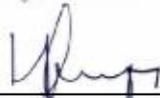
Monografia Apresentada ao Centro
Universitário Presidente Antônio Carlos –
UNIPAC, como requisito parcial para
obtenção do grau de Especialista em
Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Aprovada em : 27/07/2020

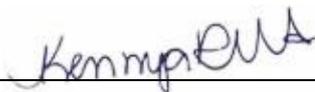
BANCA EXAMINADORA



Professora Doutora Júlia Nogueira Dorigo



Orientador: Professor Especialista Márcio de Campos
Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Barbacena



Professora Mestre Kenny Rodrigues Nézio
Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Barbacena

RESUMO

O presente trabalho se propõe a tencionar as relações intrínsecas entre a vivência do desemprego e o adoecimento psíquico, e tem como objetivo desenvolver estudos sobre as repercussões do desemprego para a saúde do indivíduo, levando em consideração o fato de o desemprego ser um fenômeno em evidência no atual contexto da sociedade brasileira. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica narrativa, a partir dos referenciais teóricos da Psicologia Sócio-Histórica, e a partir da coleta de dados, optou-se por abordar as seguintes temáticas: valorização do trabalho, desemprego e suas repercussões no Brasil, e consequências do desemprego. De modo geral, foi possível concluir que o trabalho ocupa papel central na vida dos sujeitos e a ausência de uma ocupação implica em perdas de ordem material e psicossocial que podem resultar em diversas formas de adoecimento psíquico. Trata-se de um assunto que deve ser abordado com mais amplitude no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, pois a atualização de pesquisas sobre esta temática é essencial para o enfrentamento e suporte dos prejuízos à saúde mental de indivíduos no campo da que encontram-se em situação de desemprego.

Palavras-chave: trabalho. desemprego. adoecimento psíquico. psicologia sócio-histórica.

ABSTRACT

The present work intends to stress the intrinsic relationships between the experience of unemployment and psychic illness, and aims objective of this work is to develop studies about the repercussions of unemployment on individual's health, taking into account the fact that unemployment is a phenomenon in evidence in the current context of Brazilian society. A narrative bibliographic research was carried out, from the theoretical references of Socio-Historical Psychology, based on data collection, it was opted to address the following themes: work's appreciation, unemployment and its repercussions in Brazil, consequences of unemployment. In general, it was possible to conclude that work plays a central role in the subjects lives, and the absence of na occupation implies material and psychosocial losses that can result in various forms of psychic illness. It is a subject that must be addressed more widely in the field of Organizational and Work Psychology, because updating research on this topic is essential for coping and supporting the damage to the mental health of individuals who are unemployed.

Key-words: job. unemployment. psychic illness. socio-historical psychology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 A valorização do trabalho do decorrer dos anos.....	9
2.2 Função psicológica do trabalho.....	14
2.3 Desemprego.....	18
2.4 Consequências do desemprego.....	19
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A análise da constituição histórica do trabalho remete a própria constituição e evolução humana, idiossincraticamente imbricados e multideterminados. Conforme indicado por (Campos e Saraiva, 2014), ao agir sobre o mundo, para atender suas necessidades, o homem produz dois objetos, sendo um concreto, resultado de sua ação, e outro de ordem subjetiva, a si próprio. Estas produções duplas, ao longo da história, vêm ganhando sentidos e valorações diferenciadas, atreladas em especial a concepção social que é atribuído ao ato de trabalhar em cada etapa da história, logo do próprio desenvolvimento humano.

A valorização do trabalho, que na antiguidade era considerado um motivo de vergonha (Brandão, 2009), teve início com a busca pelo acúmulo de capital, que se tornou possível a partir da exploração da mão de obra. Para acompanhar a transposição e facilitá-la, ocorreu uma mudança ideológica que levou à consideração do trabalho como uma finalidade de vida, um caminho de Deus, e a única forma possível de obter respeito e reconhecimento social, equiparando-o, em termos de representação social, à lógica do emprego.

Em decorrência da globalização e do capitalismo, fatores como a destruição de formas de produção pré-capitalista, tais como agricultura familiar, artesanato e pequeno comércio; a redução de salário do chefe de família (o que levou a necessidade de outros membros da família a ingressar no mercado de trabalho); a mecanização da produção e a consequente alteração no ritmo de trabalho e desqualificação do trabalhador ocasionaram crises cíclicas na oferta de postos de trabalho (Argolo, 2004).

Além disso, ao observar o cerne do sistema capitalista, observa-se que o mesmo necessita de um boução de desempregados, sendo esta condição necessária ao controle e regulação daqueles que estão empregados. Observa-se então que, no sistema capitalista, a expressão “pleno emprego”, ou todos empregados, é uma ilusão ou algo impossível de se atingir. Caso possível, como alienar e expropriar a mão de obra? A esta pergunta, não retórica, cabe a contextualização que o desemprego então cumpre uma dupla função ou se manifesta de duas formas: controlando aqueles que possuem o emprego, pois a fila “lá fora” é real e competitiva e para aqueles que estão na “fila” a condição de submissão a máxima expropriação e precarização do trabalho, na tentativa de galgar o sonhado emprego. Ganha o sistema capitalista, perde o sujeito.

Nota-se que a valorização do trabalho em soma com a dificuldade de inserir-se ao mercado de trabalho por diversos fatores e/ ou medo e insegurança de perder seu posto, pode resultar em um adoecimento psíquico do indivíduo. Este pode passar a apresentar, segundo Arrazola e Mendes (1998), sintomas ansiosos, sintomas depressivos, pessimismo, irritabilidade, oscilações de humor, diminuição de vínculos sociais, sentimento de desvalorização social etc. Afinal, no sistema capitalista, calcado na meritocracia, a culpa do desemprego é do sujeito e não do sistema.

O objetivo central deste trabalho é analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, os impactos do desemprego sobre a saúde mental. Deste modo, irá abordar as alterações na valorização do trabalho no decorrer dos anos, para verificar de que modo as concepções valorativas do trabalho influenciam nos sentimentos e posicionamentos do trabalhador frente ao fenômeno do desemprego, bem como as consequências psicológicas e psicossociais deste fenômeno.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no 1º trimestre de 2020, o desemprego atinge cerca 12,9 milhões de pessoas, ou seja, 11,9% de indivíduos que possuem idade para trabalhar (acima de 14 anos), não estão trabalhando, porém procuram por emprego e estão disponíveis para desempenhá-lo caso encontrem. Porcentagem maior que no mesmo período em 2019, onde 11,2% da população encontrava-se desempregada. São deste modo, 898 mil pessoas a mais à procura de trabalho. Tais dados são detectados através da Pesquisa Nacional por Amostra Contínua – PNAD Contínua.

A presente pesquisa leva em consideração tais dados e a importância do trabalho tanto no âmbito individual quanto no social. Levanta-se o seguinte questionamento “se trabalho exerce papel de suma importância na vida dos indivíduos, o desemprego pode ser gerador consequências negativas na saúde de tais?”.

Para o alcance dos objetivos propostos optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica narrativa. Este tipo de pesquisa foi escolhido devido à sua finalidade em descrever, discutir e analisar a literatura publicada em livros, artigos e outros materiais científicos, articulando-as com a interpretação e a análise crítica dos autores. As bases de dados consultadas foram a do Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online - Scielo; e do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - Pepsic. As palavras-chaves utilizadas na pesquisa foram: Trabalho; Desemprego; Adoecimento Psíquico; Psicologia Sócio-Histórica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A valorização do trabalho no decorrer dos anos

Segundo Andery e Sérgio (2012), para Marx a base da sociedade eram as condições materiais, sendo a partir delas que se constrói a sociedade, e pela compreensão destas condições que sua transformação se faz possível. Deste modo, para o autor:

A base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem, está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história. O trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora. (ANDERY; SÉRIO, 2012, p. 399).

A concepção materialista de Marx demarca que o homem se diferencia da natureza por modificá-la e por produzir além do que necessita, através de uma atividade consciente, diferente das outras espécies animais. A partir desse pressuposto, pode-se considerar que a natureza humanizada é assim construída pelo trabalho, uma atividade prática e consciente do ser humano (ANDERY; SÉRIO, 2012).

O pensamento Marxista explica o homem enquanto ser histórico e social o que leva este homem a transformar a natureza e a suprir as suas necessidades que num processo dinâmico vão se tornando cada vez mais sofisticadas. Ele irá compreender como contraditória a relação de propriedade privada, trabalho, capital. Sendo o trabalho uma atividade vital, Bordalo (2013), ao citar Marx, concebe o trabalho:

Qualitativamente como potencial, uma atividade vital que expressa os poderes e capacidades do homem. O trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando, assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Marx (1985, p. 202, *apud.* BORDALO, 2013, p. 22345).

Desta forma, o trabalho é considerado uma ação humana intencional, direcionada ao mundo e ao próprio sujeito trabalhador. Antes mesmo de se materializar, o trabalho existe simbolicamente, em termos do planejar, elaborar e do criar. A esta função, que garante ao homem sua condição social, de ser aquilo que faz, atribuindo sentido a si e ao ato concreto efetivado, da passagem do mundo das ideias para o mundo material, sendo ambos, nesta abordagem mutuamente determinados, distintos, próprios, mas estabelecidos e desenvolvidos no mesmo processo.

Ao localizar os sentidos e valores atribuídos ao ato de trabalhar, faz-se necessário resgatar a história do trabalho através de uma busca na mitologia grega, uma das primeiras a trazer reflexões filosóficas sobre o trabalho humano. Os deuses da mitologia grega refletiam todas as paixões e desejos humanos. Segundo Platão (2003, *apud*. GOMES; OTTONI, 2014), inicialmente, os Deuses gregos, repletos de amor e ódio, traíam, combatiam, banquetavam, mas não trabalhavam, exceto Vulcano. Do alto do Elísio, eles contemplavam a vida humana, ou a ela se entregavam. Os Deuses odiavam os homens e o trabalho aparece como consequência direta desse ódio.

O poema “Os trabalhos e os dias” do poeta Hesíodo (fins do século VIII a.C) descreve uma das interpretações para esse ódio. No mito de Prometeu, filho do Titã Jápeto, que pertencia à segunda geração dos deuses gregos, considerado benfeitor da humanidade, tentou enganar Zeus em benefícios dos mortais: ele dividiu um boi em dois pedaços. O primeiro, coberto pelo couro do animal, continha carnes. O segundo, coberto por gordura, continha apenas ossos. Zeus optou pela segunda opção e a primeira foi ofertada aos homens, o que gerou o ódio divino e, conseqüentemente, a privação humana do fogo que, simbolicamente, remetia à inteligência (BRANDÃO, 2009). Mas Prometeu roubou uma centelha do fogo e trouxe-a para a terra dos homens.

Como punição pelos seus atos, Prometeu foi acorrentado no cume do monte Cáucaso e uma águia devorava-lhe o fígado durante o dia, mas ele crescia novamente durante a noite para que a tortura não tivesse fim. Até que a águia foi morta por Hércules, com o consentimento de seu pai, Zeus. O castigo dos mortais veio pelo presente trazido do Olímpio por Pandora. Na caixa aberta por ela estavam armazenadas todas as calamidades que assolariam os homens, como a fadiga (resultado do trabalho) e as doenças. Com a abertura da caixa de Pandora, teria se iniciado a degradação da humanidade.

Por consequência, na Grécia Antiga, o trabalho não era considerado digno de honra, mas sim uma desgraça necessária e um motivo de vergonha, a ser desempenhado por escravos

e por sujeitos não livres. Para os gregos antigos, a vocação do homem livre era a contemplação (filosófica ou política) ou as armas. Tendo isto em vista, os homens livres deveriam desprezar o trabalho, a fim de se elevarem aos Deuses, pois se não o fizessem, estariam aviltando-se, perdendo a liberdade (GOMES; OTTONI, 2014).

O pensamento de Hesíodo, por sua vez, divergia desta ideia inicial. Embora ele visse o trabalho como pena imposta por Zeus aos homens como consequência do pecado de Prometeu e como decadência racial iniciada pela abertura da caixa de Pandora, já que os primeiros homens (imortais) não trabalhavam, compreendia o trabalho como redenção. Para Hesíodo, o trabalho agradava os deuses e possibilitava aos homens tornarem-se independentes. E se o trabalho tornava os homens independentes é porque ele permitia a criação de meios de subsistência, criação do mundo, diminuindo a dependência em relação aos desígnios divinos (GOMES; OTTONI, 2014).

Conforme declara Battaglia (1958), a repulsa pelo trabalho manual era restrita à aristocracia guerreira dórica que conquistou o território grego e impôs o trabalho aos povos conquistados, através da escravidão. Os camponeses que migraram para as cidades e eram excluídos da cidadania ateniense, realizavam trabalhos manuais, como homens livres, e o apreciavam. Para eles, o trabalho assumia um caráter sagrado e moral. Somente quando as classes populares gregas adquiriram cidadania, seus deuses ingressaram no Olimpo, mas a visão aristocrática hegemonizou o panorama cultural grego e desprezou o trabalho, tal como fizeram Platão e Aristóteles.

O cristianismo, primeira religião universal, também exerceu grande influência na valorização do trabalho. Inicialmente ele condenava o acúmulo de bens materiais e negava o trabalho, visto que compreendia que Deus ofertava aos fiéis tudo que era necessário, desde que estes acreditassem em Deus e fossem caridosos (GOMES; OTTONI, 2014).

Para os autores, o cristianismo, inicialmente, demonstrou uma preferência pelos pobres. Seu trabalho era apreciado, pois se opunha à avareza dos ricos. Embora Jesus e José tenham sido carpinteiros e os primeiros colaboradores de Jesus também, no cristianismo o valor-trabalho não se revelou como absoluto. O trabalho não dava sentido à vida, mas poderia ser negativo, caso o seu produto prendesse o homem no apego pelos bens materiais, pois o reino de Deus, no cristianismo, era celestial.

Gomes e Ottoni (2014) relatam que o indivíduo tinha o dever de trabalhar, pois este lhe assegurava independência, possibilitando que o cristão enfrentasse o Estado pagão na luta

pela religião. O trabalho fornecia meios de subsistência e de fazer caridade (obrigação do cristão e que purificava o espírito). O escravo era considerado digno de ascender ao reino dos céus através do trabalho, visto que poderia redimir os pecados.

Com a ascensão do capitalismo, a valorização do trabalho se alterou substancialmente (BRANDÃO, 2009). A busca pela produtividade e transposição da riqueza que antes era calculada pelas terras, para o dinheiro, impulsionou a busca pela acumulação de capital. Este acúmulo foi beneficiado pelo declínio do Feudalismo e migração de milhares de pessoas para as cidades em busca de sobrevivência e oportunidades, tendo estas a oferecer apenas a força de trabalho.

Uma alteração ideológica ocorreu para que a produtividade fosse alcançada e acumulação de capital possível: o trabalho do povo que era considerado uma porta de acessos aos céus pela Igreja Católica (o que não seria compatível com a prática do lucro) é reavaliado pela ética protestante e, logo, o trabalho passa a ser a finalidade de vida, um caminho de Deus (BATTAGLIA, 1958).

Para Weber (1904) a Reforma Protestante, que teve início no século XVI, gerou novas concepções espirituais que favoreceram a noção de trabalho. Originada nas regiões onde o comércio estava desenvolvido, próximo às mais importantes rotas comerciais, a Reforma revelou ideias econômicas e éticas que influenciaram comportamentos e geraram certo ideal do trabalho que adquiriu autonomia ao desligar-se das motivações religiosas e alimentou uma nova ética, que estava, para o autor, na base do novo modelo de produção do capitalismo.

O Iluminismo, segundo Battaglia (1958), marcou a separação do significado do trabalho da religião. A dignidade do trabalho manual era apreciada, uma vez que buscava a intervenção da cultura e da civilização para retirar os homens das condições naturais, consideradas precárias.

No período de transposição ideológica, notou-se que enquanto era possível usar a terra ou fazer artesanato, as pessoas não se submetiam a trabalhar para outrem para receberem um salário insatisfatório e se sujeitarem a todo tipo de opressão. A solução encontrada, segundo Carmo (1992), seria a imposição de leis que forçassem as pessoas livres a trabalhar, amparando-se no argumento de que eram vadias. Marca-se, neste momento, a associação ideológica entre trabalho e honestidade. Desta forma, o sujeito que antes tinha seu lugar na sociedade garantido pela tradição, passou a necessitar do emprego para obtê-lo, visto que ele

só é merecedor de respeito e reconhecimento se desempenhar funções necessárias ao fluxo do Capitalismo.

É essencial pensar sobre as conceituações de “emprego” e “ocupação”, sendo que essa última passa a ser compreendida como qualquer espécie de atividade que venha a proporcionar sustento ao indivíduo que a exerce. Já o emprego está relacionado ao assalariamento, situação em que o empregador compra de alguém a capacidade de produzir. Castel (1998) demarca que apenas o emprego assalariado é visto pela sociedade como ocupação proveitosa que poderá atribuir aos indivíduos a sensação de utilidade.

Ao analisar este pequeno recorte sobre a valoração e sentidos atribuídos ao trabalho, identifica-se que cada sociedade, em um dado momento histórico, sob a égide de concepções ideológicas e culturais estabelece uma dimensão conceitual e prática do trabalho, organizando-se em torno dele. Diferentemente do sentido originário atribuído por Marx, o sistema capitalista direcionou de “fora para dentro” quais são os valores e sentidos que o sujeito deve se identificar com o trabalho.

A concepção Marxista define o trabalho como a atividade essencial para que o homem transforme a si mesmo e também a sociedade em que vive Marx (1867, *apud* Andery, 2012). Entende-se dessa forma que o trabalho abrange toda e qualquer ocupação que permite ao ser humano adquirir e aperfeiçoar diversas habilidades, e capacita o homem a traçar um projeto de vida e ampliar as possibilidades de adquirir valorização na sociedade a partir das atitudes transformadoras que empreende em seu trabalho.

Entretanto, essa valorização ganha outros contornos a partir do sistema capitalista, que viabiliza o trabalho como o único meio possível para o lucro e o enriquecimento material. A partir dessa concepção, acredita-se que o trabalho está voltado apenas para o fator lucrativo, e o capitalismo constituiu um imperativo pelo qual o ser humano só é valorizado na sociedade à medida que produz e adquire bens materiais. Dessa forma, determinou o trabalho como o caminho possível para o ser humano se adaptar em uma sociedade que mensura o valor das pessoas a partir de seus bens materiais.

A discrepância entre a concepção Marxista e capitalista se circunscreve de modo que o trabalho não é representado como a ação fundamental para o homem transformar a natureza e a si mesmo, pois o trabalho se torna um meio de controle disciplinar para que o ser humano se adapte a uma nova ordem social e econômica, que dá ênfase à acumulação intensa e desenfreada de capital.

O resultado gerado por esse fenômeno foi que o trabalho enquanto atividade constituinte da essência humana se tornou mercantilizado e explorado pelo capitalismo, e isso se torna visível em situações como a valorização do trabalho formal e do emprego assalariado.

2.2 Função psicológica do trabalho

A espécie humana se relaciona diretamente à necessidade de sobrevivência. Esta necessidade configura os primórdios do que é denominado trabalho nos dias atuais. Embora tenha sofrido transformações e ressignificações no decorrer dos anos, o trabalho mantém-se organizando e direcionando a vida no plano individual e na sociedade e, portanto, constitui uma representação histórico-social (CAMPOS; SARAIVA, 2014).

Compreender o significado do trabalho demanda, portanto, esforço de compreensão das ações significativas dos sujeitos em sua relação com o trabalho. Campos e Saraiva (2014), ao discorrerem sobre a relação entre o homem e o trabalho, citam Borges e Yamamoto (2004), que partem do princípio que o homem se relaciona de forma intencional com o trabalho e, nos processos de criação e produção, é capaz de se identificar com sua obra. Para corroborar essa afirmação, Campos e Saraiva (2014) se embasam em Mendes (1997) e dizem que “o trabalho ocupa papel central na vida dos indivíduos, e é através dele que o sujeito se sente útil, produtivo e valorizado, tem sua identidade fortalecida à medida que sua autoimagem é reforçada e existem possibilidades de autorrealização” (MENDES, 1997, *apud.* CAMPOS; SARAIVA, 2014, p. 34).

O trabalho também é considerado, por Campos e Saraiva (2014), como um mecanismo importante para a manutenção do equilíbrio da vida psíquica. Quando adotam essa concepção, recorrem a Codo, Soratto e Vasques-Meneses (2004), que consideram que a saúde mental se resume na capacidade de amar e trabalhar do indivíduo. Nas palavras de Campos e Saraiva (2014, p. 34), “a ausência do trabalho ou a incapacidade temporária de produzir é, para os autores, uma ameaça à saúde do sujeito”.

Ao abordarem essas citações, Campos e Saraiva (2014) esclarecem que o sentir-se produtivo se vincula à vivência de saúde e bem-estar, e o trabalho, por ser uma fonte de estímulo e possibilidade de criação, é um meio viável para o indivíduo se conectar com sua capacidade produtiva e desenvolver obras capazes de beneficiar a sociedade. Dessa maneira, o

trabalhador recebe o reconhecimento social de suas capacidades e de seu modo de agir no mundo.

Nesta esteira de pensamento, o trabalho representa um campo de destaque na vida do sujeito, posto que, ao se sentir produtivo, útil e valorizado, sua identidade é fortalecida à medida que sua autoimagem é construída e reforçada sobre as possibilidades de autorrealização.

A Psicologia Sócio-Histórica mostra-se efetiva no estudo da função psicológica do trabalho. Segundo Moura (2007), esta teoria considera que o homem é um ser ativo, social e histórico e, com base no Materialismo-Histórico, conceitua que o psiquismo pode ser abordado através da emoção, da atividade, da consciência e da identidade. Esta teoria se fundamenta na ideia que a formação da consciência individual depende da atividade do sujeito, a qual se expressa de forma mais intensa no trabalho produtivo.

Atribui também, ao trabalho, o papel de um dos constituintes das Funções Psicológicas Superiores e dos sentidos e significados que integram a consciência e orientam os aspectos emocionais e racionais da atividade psíquica, bem como dos comportamentos dos sujeitos. Assim sendo, o trabalho exerce função importante na constituição do sujeito humano. Essa função do trabalho na construção da subjetividade é explicitada por Marx (1867/2013) a partir de metáforas que visam identificar as características do trabalho humano como aspectos que diferenciam os seres humanos dos animais:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1867/2013, p. 255-256).

Segundo Moura (2007, p. 7) “a linguagem, a emoção e o pensamento são elementos de mediação das atividades e meios de interação entre os homens. São os mediadores que permitem ao indivíduo o planejamento e o controle das atividades por esquemas lógico-abstratos.” A ela é atribuído papel fundamental na constituição da consciência e de seus processos superiores, visto que estes só podem ser adquiridos na relação com outros homens.

Após este processo ela se interioriza, torna-se independente da comunicação, e se converte em instrumento do pensamento.

A gênese da consciência se dá por meio da atividade do indivíduo na realidade objetiva, visto que, ao entrar em atividade, o indivíduo cria novas conexões intrapsíquicas, formando assim as Funções Psicológicas, com as quais irá se orientar no mundo. A consciência é pautada pela representação social, ou seja, pelo significado (conjunto de representações construídas socialmente e convencionadas por determinada cultura); e pelo sentido, que se constrói como representação individual produzida pela atividade do sujeito em relação ao significado social (LEÃO *et al.*, 2006).

Para Leão *et al.* (2006), ao se tratar da consciência, a atividade (ao realizar a interação humana com a realidade objetiva), promove a diferenciação entre o mundo real e as impressões interiores individuais. Assim, a consciência adquire a capacidade de observar a si mesma, de forma a manter a estabilidade das propriedades objetivas da realidade independentemente das subjetivas. É por se dar através da atividade que a apreensão da realidade objetiva não ocorre de forma passiva, mas de maneira ativa, criativa, sobre a base e no decorrer da transformação prática da realidade.

A atividade também é determinante na constituição da identidade, que é o processo resultante da relação que o sujeito estabelece com o meio. A identidade não é um fenômeno individual, e sim social, e como tal não tem nenhuma característica de permanência, mas enquanto representação social é apenas pressuposta, cabendo ao indivíduo, através da atividade, identificar-se ou não com a representação atribuída a ele. Assim ocorre a construção dos sentidos individuais para os fenômenos sociais (LEÃO *et al.*, 2006).

A linguagem é entendida, segundo Luria (1991, *apud.* LEÃO *et al.*, 2006), como um sistema de códigos que designam os objetos do mundo exterior, qualidades, ações e relações entre eles. É o processo que transmite a informação na qual o homem se baseia no processo de pensar, sendo, portanto, um processo psicológico de formulação e transmissão do pensamento através dos recursos da língua. Esta última entendida como um sistema básico de códigos que se formaram no processo histórico-social do homem, que possibilita refletir sobre a realidade exterior e formular pensamentos.

Já o trabalho, segundo Moura (2007), é uma característica da atividade humana, um processo mediado por instrumentos e pela sociedade, que supre necessidades biológicas e também necessidades sociais. Através das mediações o homem realiza um trabalho sobre a

natureza e promove o t nus emocional que será investido em cada uma das atividades para que seja feita a elei o de prioridades. O grupo de trabalho também exerce papel importante na vida do sujeito, atuando como norteador de seu modo de agir e pensar, pois através da rela o entre os integrantes, onde o mesmo torna-se parte da dinâmica grupal, ocorrem mudanças recíprocas.

Desta forma, denota-se que o trabalho, nesta perspectiva da Psicologia Socio-Histórico-Social, cumpre a fun o de elencar, produzir e transmitir elementos e vivências de ordem subjetiva e a constitui o da própria identidade do sujeito. O sujeito incorpora para si o que faz, seu trabalho, e passa a si identificar em fun o e ser reconhecido por ele. Neste ponto, há a ponte entre o mundo subjetivo e o objetivo, em que rela es e representa es sociais são estabelecidas em torno do lugar social e pessoal que o trabalho irá ocupar e representar para o sujeito.

No conjunto dessas representa es, Campos e Saraiva (2014) evidenciam que:

O indivíduo almeja que o seu trabalho possa trazer alguma contribui o para outras pessoas e que repercuta no âmbito social. Com isso, percebe-se que a posi o central do trabalho na vida de muitos indivíduos não se resume a questões de ordem monetária. Embora a remunera o seja um fator importante, sobretudo para a sobrevivência do trabalhador, este não   o único elemento que mant m os indivíduos ligados a uma fonte de produ o (CAMPOS; SARAIVA, 2014, p. 36).

O trabalho permite que o homem adquira o sentimento de utilidade social e esse caráter utilitário   proveniente da glorifica o que o sistema capitalista impôs ao trabalho, gerando na sociedade representa es que associam o trabalho   honestidade,   retidão moral e   dedica o, situando o trabalho como o único caminho possível para o crescimento e o sucesso do ser humano.

  por esse motivo que o trabalhador busca um sentido para seu trabalho, quer se identificar com o seu ofício e construir vínculos mediados por seu ambiente de trabalho. Para Campos e Saraiva (2014), trabalhar   muito mais que produzir e entregar tarefas e produtos, pois no produto que o ser humano   capaz de fabricar, está presente uma vasta série de sentimentos e representa es que o indivíduo emprega no esforço despendido tanto para construir seus produtos como na constante busca de aperfei amento profissional e pessoal.

Por este motivo, o desemprego afeta diretamente não só aspectos sociais, mas também o psicológico daqueles que não tem mais o trabalho como atividade principal. A condição do desemprego afeta, inclusive, os processos de sustentação da identidade: auto-imagem, relações interpessoais, modo de organização e expressão de emoções e análise da realidade. Por estes motivos, considera que “se o homem se constitui como tal a partir de seu trabalho e, sendo este o promotor do grande processo técnico, torna-se contraditório psicologicamente que a própria humanidade retire do homem seu trabalho e, conseqüentemente, sua humanidade“ (MOURA, 2007).

2.3 Desemprego

O desemprego pode ser considerado um dos maiores problemas sociais, sendo uma consequência direta da globalização e do capitalismo. Com o capitalismo ocorreu uma destruição de formas de produção pré-capitalista, tais como agricultura familiar, artesanato e pequeno comércio; uma redução de salário do chefe de família, que levou ao ingresso de outros membros da família no mercado de trabalho; uma alteração nos ritmos e modalidades de acumulação de capital e a mecanização da produção. Todos estes fatores influenciaram na geração de crises na oferta de postos de trabalho (ARGOLO; ARAÚJO, 2004).

A aceleração de novas tecnologias, a partir da década de 90, influenciou na aceleração da desqualificação do trabalhador. Atualmente sustenta-se a ideia de que a falta de qualificação é a responsável pelo grande número de desempregados. Esta crença gera duas consequências: investimentos do governo em programas de qualificação e efeitos na subjetividade do trabalhador. Para Barbara (1999), o discurso ideológico de que o desemprego é causado pela falta de qualificação provoca no desempregado o duplo sofrimento de se ver por um lado privado materialmente e, por outro lado, sendo responsável pelo seu próprio desemprego.

Segundo Marx (1867), ao mesmo tempo em que, para a maioria dos trabalhadores, a única forma de sobrevivência é a venda da força de trabalho, o pagamento do salário é entendido como custo para o empregador que visa à redução dos custos e aumento dos lucros. Este fator, somado a aspectos demográficos, sazonalidades (crises econômicas), inovações tecnológicas, políticas de Estado e formação/qualificação, evidencia um conjunto de variáveis para explicar os índices de desemprego.

Nesse contexto, cabe conceituar o desemprego, com base em Oshiro e Marques (2016). Os autores abordam os critérios definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em 2007 considerou como desempregado todo indivíduo que atendesse aos seguintes critérios: estar sem trabalho, ter disponibilidade de trabalhar, procurar trabalho assalariado ou autônomo em um período recente.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2006) conceitua os desempregados como indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade do mesmo, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são agregadas em três tipos de desemprego:

- 1) Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores à última entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.
- 2) Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários remunerados ocasionalmente ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em negócios de parentes, e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.
- 3) Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores, por desestímulos do mercado de trabalho ou por eventualidades, mas apresentaram procura efetiva de trabalho por um período de 12 meses.

2.4 Consequências do desemprego

O processo de adoecimento e os reflexos psicossociais do desemprego desencadeiam-se ainda no ambiente de trabalho, quando o trabalhador percebe o risco de ficar desempregado (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007). A regulação da mão de obra ativa, empregada, se estabelece pelo contingente desempregado. Há uma clara pressão sobre aqueles que trabalham a partir do medo de perder o emprego, ser substituído. Quanto maior o índice de desempregados, maior o temor daqueles que trabalham e, em consequência, mais dóceis e submissos às artimanhas da organização ficam.

Além disso, a expectativa de uma possível demissão é gerada e carregada por grande parte dos trabalhadores, impondo-os um sofrimento, uma vivência antecipada da incerteza, da insegurança e do medo. Estas vivências subjetivas vão de encontro com medos e questões objetivas, materiais. A perda do emprego impacta na economia doméstica, na subsistência da família, no acesso a determinados locais e práticas sociais, enfim, a perda de uma identidade social, algo doloroso, preocupante e adoecedor. “Quando será minha vez?”, talvez seja esta a pergunta que todos os trabalhadores esperam que nunca seja respondida, buscam não encará-la, mas, no sistema capitalista, impossível de não ser concebida. “Quem está seguro? Olhe lá fora, milhões de desempregados enfileirados, com carteira de trabalho nas mãos, só esperando a oportunidade para mostrarem que são mais capazes e mais eficientes do que você.” Como não adoecer?

O indivíduo passa a silenciar sua própria dor e a restringir a comunicação frente ao medo de perder seu emprego. Então, a consumação do fato, o desemprego, resulta em incertezas quanto ao futuro profissional, tornando o desempregado alvo de discriminações e exclusões perante a sociedade. Diante do cenário do desemprego, a saúde física torna-se alvo de consequências e os comprometimentos mais graves mostram-se extensivos à saúde mental e aos relacionamentos sociais do trabalhador (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007).

Segundo Pinheiro (2008), o trabalhador que é demitido ou vem a deixar seu emprego tende a passar por um momento de crise, fato esse que se acentua enfaticamente, quando ocorre uma situação involuntária de desemprego. Essa crise pode trazer crescimento psicológico ou uma deterioração.

Neste sentido, esse período de crise pode ser sinônimo de oportunidade de maturidade e melhores condições de saúde, mas em outras circunstâncias pode mostrar-se prejudicial devido à falta de habilidades para enfrentar os problemas. É consequente, então, a aceitação de trabalhos precários, o que produz reações no indivíduo no âmbito pessoal e profissional. Segundo Pinheiro (2008):

O medo, o pânico e a constante insegurança são rastros do indivíduo que tenta, de alguma forma, acompanhar as metamorfoses das informações e das mudanças tecnológicas, sem parar de correr atrás do tempo perdido. Criam-se, assim, empregados e desempregados com forte sentimento de culpabilidade e medo (PINHEIRO, 2008, p. 15).

Desta forma, ocorrem mudanças no perfil do trabalhador que se encontra desempregado. Castel (1995, *apud.* PINHEIRO, 2008) sinaliza que são três as principais questões da figura do trabalhador: a primeira diz respeito à desestabilização dos estáveis, já que foram retiradas certezas de estabilidade dentro do trabalho para ninguém; a segunda condiz com a instalação da precariedade, sendo que devido à crise do desemprego, um grande número de indivíduos passa a trabalhar de maneira precária para sobreviver; e o terceiro aspecto representa uma manifestação de *déficit* de lugares ocupáveis na estrutura social, sendo que fazem parte desta categoria indivíduos produtivos que não se adaptaram à modernização e ficaram com pouca bagagem.

Campos e Saraiva (2014) analisam a vivência do desemprego como uma vivência que atinge não só o trabalhador em seu nível individual, mas se transcende para a esfera microsocial, principalmente no âmbito familiar. A partir desta pesquisa, identificaram que os sentimentos envolvidos na experiência de desemprego, como a tristeza, a insegurança e a ansia para buscar por novas alternativas de trabalho e subsistência, se transpõem para o contexto familiar. Ou seja, todos os indivíduos que constituem a rede de convivência afetiva do trabalhador também são capazes de experimentar os sofrimentos e impactos emocionais gerados pela perda ou ausência de trabalho, principalmente quando o desemprego acomete o indivíduo que é considerado a referência econômica de sua família. Ou, como é dito pelos autores: “não somente o ‘chefe de família’ estava desempregado, mas também sua família estava sem emprego” (CAMPOS; SARAIVA, 2014, p. 45).

Isso ocorre principalmente pelo fato que quando um indivíduo fica sem emprego, principalmente quando este é responsável pelo sustento da família, todos à sua volta se deparam com a necessidade de adaptação a um contexto com menos recursos, marcados por privações, cortes em atividades e gastos considerados “supérfluos”, mas que geravam prazer a esse trabalhador e a todos os seus.

Campos e Saraiva (2014) também mostram a dimensão do desemprego enquanto um aspecto que gera restrições nos laços sociais dos indivíduos, tornando-os suscetíveis à exclusão social. Isso acontece, na visão dos autores, porque o trabalho é visto como uma forma de “passaporte social”, que possibilita a ampliação das oportunidades de construção de vínculos e convivência interpessoal.

O próprio *status* de “trabalhador” é um indicativo que possibilita a pertença a um grupo socialmente valorizado, e quando o indivíduo se depara com a ausência ou a perda do

trabalho, ocorre uma forma de morte de uma identidade profissional, a retirada de um papel social importante que o sujeito exerce ao ser responsável pela sua independência financeira, por proporcionar conforto material aos seus entes queridos e por ter maior acesso às possibilidades de consumo, que são tão enaltecidas na sociedade capitalista.

Arrazola e Mendes (1998, apud Pinheiro 2008) pressupõem que quanto maior o período de desemprego, mais elevados são os comprometimentos na saúde do indivíduo. A deterioração da saúde com prolongado desemprego proporciona o aumento do nível de ansiedade, sintomas depressivos, pessimismo, irritabilidade, oscilações de humor e pouca felicidade.

Pinheiro (2008) dedicou, em sua pesquisa, um amplo espaço no qual expôs diversos estudos a nível internacional acerca das consequências do desemprego para a saúde dos indivíduos. Uma destas, realizada por Stankunas, Kalediene, Starkuviene e Kapustinskiene (2006) contou com 429 sujeitos desempregados na Lituânia e buscou de explorar as associações quantitativas entre a duração do desemprego e a depressão. A fim de verificar a severidade dos sintomas, utilizaram o Inventário de Depressão de Beck (BDI). Os resultados indicaram que pessoas desempregadas por um longo período apresentavam mais episódios de humor depressivo, quando comparadas com um grupo a menos tempo desempregado.

Pinheiro (2008) também descreveu uma pesquisa que tornou possível a relação entre desemprego e o consumo de álcool com diferentes tipos de crime recorrentes. Tal pesquisa foi realizada nas cidades de Trinidad e Tobago por Maharajh e Ali (2004). Os resultados apontaram que 69,2% dos crimes sérios estavam relacionados com o desemprego. Além disso, constataram que o desemprego e o álcool disponível para consumo em casa ocasionaram 92,2% da variação dos crimes menores. Contudo, os autores afirmaram a necessidade de pesquisas adicionais acerca do tema, visto que o crime também pode ser o resultado de outros fatores, como pobreza (má nutrição, más condições de vida); desigualdade (má distribuição de renda, baixo nível de escolaridade, baixos salários); e doenças mentais.

Uma pesquisa norte americana buscou compreender se há associação entre pobreza, desemprego e violência (Straus & Smith, 1995, apud Pinheiro, 2008). Nesta pesquisa, baseada na comparação uma amostra de famílias, observou-se que naquelas cujo pai estava desempregado havia uma prevalência de maus-tratos contra a criança 50% maior do que naqueles cujo pai estava empregado.

Ranzijin, Winefield e Prince (2006, *apud* Pinheiro, 2008) realizaram na Austrália uma pesquisa com adultos desempregados, a fim de investigar a qualidade de vida e as expectativas quanto ao futuro desses indivíduos com idades a partir de 45 anos. O estudo demonstrou os sentimentos de rejeição, humilhação, desmoralização, assim como restrição às habilidades de comprar e socializar com colegas de trabalho, desesperança na capacidade de ainda conseguir desfrutar de algum luxo ou conforto, desespero em relação à questão financeira, conflitos nas relações familiares, preocupações com o futuro e decadência das habilidades. Além disso, os resultados indicam que o efeito da perda de contatos sociais é mais severo para pessoas desempregadas mais velhas comparadas com os jovens desempregados, já que os indivíduos tendem a desenvolver cada vez menos amizades com o aumento da idade. Constata-se ainda que existem outras questões que influenciam na qualidade de vida de indivíduos de meia idade que encontram-se desempregados como: expectativas frustradas sobre a aposentadoria, maior complexidade de responsabilidades familiares, crescente pressão para se preparar financeiramente para a aposentadoria e ameaça de autoestima, resultante da possibilidade de nunca mais serem capazes de obter um emprego satisfatório. Esse último aspecto evidencia o fenômeno do ageísmo no trabalho, ou seja, a discriminação por idade que afeta os trabalhadores mais velhos na medida em que o mercado de trabalho cria barreiras para disponibilizar vagas de emprego a esse público.

Outro ponto de influência no adoecimento do indivíduo desempregado diz respeito à organização do tempo, sinalizado por Caldas (2000). Na visão do autor, o aspecto da atemporalidade resultante da falta de requisição e compromissos advindos da ausência de trabalho pode gerar um excesso de tempo e redução de exigências no geral. Essa dificuldade de ocupação do tempo por falta de atividade pode acarretar distintas reações, tanto de natureza emocional, psicológica, física, comportamental, familiar, econômica, profissional e/ ou social.

Afunilando as pesquisas sobre trabalhadores desempregados, Veiga e Silva (2007) construíram uma escala para mensurar as vivências de sofrimento psíquico e social desses sujeitos. A partir da análise fatorial dos itens da escala, os autores identificaram sofrimento interno (vergonha, insegurança e tristeza) e sofrimento social (alteração no relacionamento familiar e exclusão social) como fatores constantes.

Nesta perspectiva, Arrazola e Mendes (1998, *apud*. PINHEIRO, 2008) afirmam que existem duas faces inerentes ao desemprego: a vergonha e a defesa. A primeira diz respeito ao silenciar a dor, o sofrimento e o medo, enquanto a segunda condiz com mecanismos

defensivos para lidar com situações angustiantes, podendo o indivíduo achar como saída o alcoolismo e/ou a drogadição. O ápice de tais defesas é quando o indivíduo “constrói” sua loucura, observando-se atitudes neuróticas e psicóticas. Tais descompensações psíquicas causadas pelo mundo do trabalho podem levar, por exemplo, ao suicídio.

Campos e Saraiva (2014) trazem uma prerrogativa pertinente para corroborar essa afirmação, quando ressaltam que a ausência do trabalho ou a incapacidade temporária para produzir ameaçam a saúde do indivíduo. De acordo com os autores, a falta do trabalho gera no indivíduo a sensação de inutilidade, de modo que o indivíduo se sente como um “fardo” para todas as esferas sociais. Quando um indivíduo diz: “vou ficar louco se não conseguir um emprego”, evidencia que as sensações de fracasso e desespero experimentadas pelo desempregado são equivalentes ao significado da loucura enquanto perda da dignidade e motivo para ser excluído e segregado na sociedade.

Pesquisa realizada por Argolo e Araújo (2004), focou na compreensão dos efeitos da situação de desemprego sobre o bem-estar psicológico, considerando as variáveis sociodemográficas, e confirmou que diversas variáveis influenciam na deterioração do bem-estar psicológico de indivíduos em situação de desemprego, como, por exemplo, a participação no orçamento familiar (quanto maior a participação do sujeito na renda familiar, maior o grau de deterioração do bem-estar psicológico); número maior de filhos (haverá uma correspondência direta entre o aumento do número de filhos e o aumento da deterioração do bem-estar psicológico na situação de desemprego); religião (ao notar que há diferenças no nível de deterioração do bem-estar psicológico nas diferentes religiões e na frequência que vão à igreja); e do apoio material e emocional de família e amigos, sendo a presença deste inversamente proporcional à deterioração do bem-estar psicológico.

Compreende-se, também, que a condição de desemprego interfere na vida do desempregado como um todo, ou seja, mesmo nos momentos em que a pessoa não está desenvolvendo as tarefas específicas de busca pelo emprego, está envolvida com a situação do desemprego. Tumolo e Tumolo (2004) percebem que as preocupações com o desemprego geram interferências nas outras atividades desenvolvidas durante o dia e a noite dos desempregados, já que afetam a forma como se relacionam com outras pessoas, também prejudicando as horas destinadas ao descanso.

Os estudos demonstram como o desemprego afeta a vida do indivíduo e os fatores que são determinantes para o adoecimento do mesmo. Compreender estes aspectos torna-se primordial para ampliação do conhecimento sobre o tema, possibilitando uma visão crítica, o

que é importante, visto que o adoecimento em decorrência do desemprego é um assunto pouco debatido.

Diante do processo de estar empregado, ser produtivo e constituir-se como sujeito por meio do trabalho, o “estar desempregado”, pode ser na maioria das vezes algo aterrorizador. Sentimentos como angústia, tristeza e decepção são recorrentes na fala daqueles que ocupam este lugar, que em geral, sustentam o discurso de que são inúteis e impotentes pela falta de um trabalho remunerado.

O estar desempregado endereça também sofrimento e angústia à família do sujeito, pois, entende-se que adaptação a um novo contexto social, com menos recursos, mais privações e o medo do amanhã, são vivenciados por todos os membros envolvidos neste cenário. O movimento do recomeço pode ainda ser custoso, uma vez que os medos, dúvidas e fantasias do trabalhador precisam ser ressignificados para a implicação e construção de um novo saber.

Assim, o status de “trabalhador” tem como elemento fundamental a dignificação do indivíduo, isto é, a capacidade que o trabalho possui em promover dignidade, tanto no campo individual, quanto no social. Por este viés, ao se perder este lugar de “dignificação”, o sujeito perde parte de seu eu, sua identidade, necessitando, portanto, simbolizar de modo que este processo permita uma interiorização do luto, para que novas significações aconteçam.

Compreender estes aspectos torna-se primordial para ampliação do conhecimento sobre o tema, possibilitando uma visão crítica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o trabalho constitui uma representação histórico-social e que por mais que ao longo do tempo tenha sofrido modificações e ressignificações, permanece organizando e direcionando a vida do ser humano no campo individual e em sociedade. Desta maneira, ao se abordar o trabalho, é preciso refletir suas configurações e principalmente, quais são os interesses, motivações, papéis e valores atribuídos a ele pelo indivíduo e pela sociedade.

O sistema capitalista articulou um aparato ideológico no qual o trabalho se tornou o único meio de o indivíduo ter acesso aos bens de consumo e que compreendeu que quanto maior fosse esse acesso, mais prestigiado na sociedade o indivíduo seria. Esta concepção teve como resultado a constante busca do ser humano por oportunidades de trabalho, aperfeiçoamento, enriquecimento profissional e quando o indivíduo não possui o vínculo laboral, tem como consequência a suscetibilidade a um esvaziamento em sua existência, pois lhe foi retirado um aspecto que contribuía para a constituição de sua identidade e de seu status social, gerando assim, sofrimento psíquico. Sofrimento este que se expande aos familiares.

Por outro lado, o desemprego tem sido utilizado como uma forma de controle disciplinar dos indivíduos que se encontram empregados, que têm como exigência a adaptação a quaisquer condições de trabalho, a fim de manterem suas rendas e não ocuparem a posição de desempregados, o que evidencia que o sofrimento psíquico também abrange os indivíduos que possuem vínculo laboral, visto que estão diante do medo constante de perderem seus postos.

A presente pesquisa tornou possível a compreensão de que sofrimento e o adoecimento psíquico do desempregado são impossíveis de serem compreendidos de forma dissociada dos aspectos estruturais existentes na sociedade, pois são fenômenos que têm afetado diversos indivíduos, famílias e comunidades. Também possibilitou a interpretação que embora cada indivíduo vivencie a situação de desemprego à sua maneira, de acordo com os fatores que formam sua história singular, existem aspectos comuns a esse sofrimento, compartilhados coletivamente, justamente devido ao tratamento que a sociedade capitalista confere aos desempregados de maneira geral.

Ao verificar esta problemática, torna-se notável a necessidade constante de atualização de pesquisas sobre este fenômeno que acompanha a dinamicidade da sociedade, e a

importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho compreender com profundidade os aspectos envolvidos no sofrimento psíquico vivenciado pelos desempregados, para que assim possa buscar estratégias para auxiliar os indivíduos que se encontram nesta situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joyce. *et al.* Avaliação da experiência de estar em desemprego: pontos positivos e negativos. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**. v. 10, n. 1, p. 28-39, 2017. Disponível em: <<http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/view/410/200>>. Acesso: 02 jan. 2020.

ANDERY, Maria Amália; SÉRIO, Tereza Maria Pires. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). *In:* ANDERY, Maria Amália. *et al.* (Org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Cap. 22 p. 393-419.

ARGOLO, João Carlos Tenório; ARAUJO, Maria Arlete Duarte. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba. Dezembro, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552004000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 02 jan. 2020.

BARBARA, Maristela Miranda. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 30-49, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 15 jun. 2020.

BATTAGLIA, Felice. Filosofia do trabalho. São Paulo: **Saraiva**, 1958.

BENDASSOLLI, Pedro F. Et al. Estratégias utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar o desemprego. **Revista Colombiana de Psicologia**, vol. 24. n° 2. Colombia, Julho-dezembro 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5235306>>. Acesso: 02 jan. 2020.

BORDALO, Karina Barbosa. O trabalho na concepção de Marx. **Pontífica Universidade Católica do Paraná**. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/13169_6614.pdf>. Acesso: 18 jun. 2020.

BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega. 2. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2009.

CALDAS, Miguel P. Demissão: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: **Atlas**, 2000.

CAMPOS, Márcio de; SARAIVA, Luiz Alex Silva. O trabalho, suas representações e sentidos: da demissão à recontração de trabalhadores. **E&G- Revista Economia e Gestão**. PUC Minas, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2014v14n36p31>. Acesso: 20 jun. 2020.

CARMO, Paulo Sérgio do. A ideologia do trabalho. São Paulo: **Moderna**, 1992.

CASTEL, Roberto. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: **Vozes**, 1998.

CRUZ, Daniel Viana Abs da. Práticas Clínicas da Psicologia frente ao sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2872/praticas%20clinicas.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso: 02 jan. 2020.

DIEESE. Metodologia utilizada. Metodologia de Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Sistema Ped**, 2006. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf> >. Acesso: 02 jan. 2020.

GOMES, Maíra Neiva; OTTONI, Davi Niemann. A evolução do valor do trabalho: da negação na Antiguidade à centralidade no sistema filosófico Marxista. **PUC MINAS**, 2009. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0810699abe09927a>>. Acesso: 19 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego atinge 12,6% no trimestre até abril com queda recorde na ocupação. 28 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27821-desemprego-atinge-12-6-no-trimestre-ate-abril-com-queda-recorde-na-ocupacao>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LEÃO, Inara Barbosa; et al. Implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e emoção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n° 2. São João del-Rei, 2006. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/InaraLeao.pdf>>. Acesso 09 maio 2020.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: **Boitempo**, 2013.

MOURA, Priscilla Bolfer. Esperança e expectativa dos desempregados: a supremacia do sentido sobre o significado. **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2007. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/602.pdf>>. Acesso: 08 maio 2020.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293 - 307, ago./dez., 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/25347/15293>>. Acesso: 08 maio 2020.

PACHECO, Taís Poncio; SILVA, Taiana Jorge de Araújo. As consequências psicossociais do desemprego. **Revista Ciência Amazônica**. Porto Velho, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/amazonida/article/download/2997/2554>>. Acesso: 17 jun. 2020.

PESSOA, Viviane Rezende; PHILERENO, Deivis Cassiano. Projeto piloto de processo de desligamento e recolocação profissional: uma proposta aos gerentes do departamento de atendimento/gestão comercial da empresa Rio Grande Energia – RGE. **Manager Acadêmica**. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/globalacademica/article/view/70>. Acesso: 06 jul. 2020.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto. A saúde mental dos trabalhadores com ensino superior em situação de desemprego. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, **UNISINOS**. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2888/LeticiaPinheiroPsicologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 02 jan. 2020.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 35-45, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25799/27532>>. Acesso: 09 jul. 2020.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LEDA, Denize Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 2. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso: 08 maio 2020

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, 2015.

TONELLI, Maria José. Demissão: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 103-108, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 21 jul. 2020.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sérgio. Desempregados da vida: um estudo crítico do desemprego no capitalismo. **Jornadas de Sociologia**, n. 7, 2004, Buenos Aires. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-045/141.pdf>>. Acesso: 09 jul. 2020.

VEIGA, Heila Magali S.; SILVA, Narla Ismail A. Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. **Avaliação Psicológica**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 13-20, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100003>. Acesso 08 maio 2020.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2004. Publicado originalmente em 1904.